

**LUTAS CONTEMPORÂNEAS PELA TERRA NO
VALE DO LIMPOPO**

*** * ***

ESTUDO DO CASO DO CHÓKWÈ, MOÇAMBIQUE

1950 - 1985

Keneth Hermele

PREFÁCIO

O Vale do Limpopo, na província de Gaza no Sul de Moçambique, é desde longo tempo conhecido como uma das mais importantes - e contestadas - regiões agrícolas do país. Foi posto o controlo português somente nos finais do século XIX quando o famoso Gungunhana, o "Leão de Gaza", foi capturado e mais tarde deportado para Açores.

No decorrer do século XX, o Vale do Limpopo - e, especialmente, a área do Chókwè - permaneceu o centro das lutas pela terra. Nos anos 50 esta região foi palco do início da fixação mais importante em Moçambique, o Colonato do Limpopo; nos dez anos subsequentes à independência, esta área viveu o florescimento e a queda da mais famosa de todas as machambas estatais, o CAIL.

O ensaio que segue descreve este processo de um modo mais detalhado e constitui uma tentativa para se obter uma perspectiva sobre as lutas pela terra no Limpopo, no período dos últimos 35 anos.

INTRODUÇÃO

No decorrer do 3º Congresso da Frelimo, realizado em 1977, o Vale do Limpopo foi oficialmente designado o celeiro do país. Foram fixadas metas de produção ambiciosas com as quais se pretendia que a produção do arroz alcançasse a quantidade de 60.000 toneladas no ano de 1980, o que representava atingir o nível conseguido durante o período colonial. Decidiu-se, também, proceder à ampliação da área de regadio em mais 15.000 has.

A razão por que o congresso pôde tomar decisões tão arrojadas situa-se no sistema de regadio implantado pelos portugueses nos anos 50. A ideia da fixação de colonos no Limpopo foi pela primeira vez analisada nos anos 20. Esta iniciativa foi resultado de uma política colonial consciente para fixar agricultores brancos à terra, de modo a salvar a presença no poder colonial da colónia numa área tão vasta quanto possível. Foram iniciados pelos portugueses sistemas similares em Angola, assim como em outras áreas de Moçambique como sejam o Niassa, Cabo Delgado e Zambézia(1).

Desde o seu estabelecimento, estes colonatos foram um misto de nacionalismo português ("o feito dos portugueses"), racismo ("o empreendimento dos brancos") e de diferentes requisitos impostos sobre o colonialismo português para assegurar as suas possessões ultramarinas. Tinham, também, como objectivo encontrar uma outra via de saída para o campesinato português - atormentado e afligido pela pobreza - diferente da emigração usual para os centros industriais em expansão da Europa Ocidental. Um componente de coexistência racial foi introduzido nos colonatos apenas quando foi considerado necessário para conter os movimentos de independência africanos que ganhavam força nos anos 60.

Contudo, embora projectados já nos anos 20, foi somente em 1951 que o ditador português, Salazar, decidiu empreender a construção do sistema de regadio do Chókwè (ver Mapa 1). Poucos anos depois, em 1954, chegaram os primeiros dez colonos, oriundos do Alentejo no Sul de Portugal.

I - O COLONATO DO LIMPOPO

O desenvolvimento e o nível da agricultura no Sul de Moçambique - e, portanto, também no Limpopo - está intimamente relacionado com o trabalho migratório na África do Sul. Embora o campesinato da província de Gaza fosse, em termos gerais, menos dependente dos salários dos migrantes do que o das outras províncias do Sul de Moçambique - tal como é evidenciado pelo facto da produção agrícola comercializada em Gaza ter totalizado 56% em relação ao pagamento deferido dos salários dos mineiros da África do Sul, comparativamente em apenas 31% em Inhambane e uma insignificante cifra de 5% em Maputo (2) - os salários dos migrantes eram essenciais para o desenvolvimento agrícola.

Os fluxos de trabalho migratório do Sul de Moçambique para as minas da África do Sul marcaram a vida rural a partir dos meados do século XIX, distorcendo a divisão sexual de trabalho, absorvendo a mão-de-obra masculina e empobrecendo a agricultura moçambicana. Simultaneamente, os salários dos migrantes possibilitaram que a população rural sobrevivesse quando das calamidades naturais, oferecendo alimentação e dinheiro que foram transformados em bens essenciais por intermédio dos cantineiros rurais, os pequenos comerciantes (3).

Os salários dos migrantes também alimentaram um crescimento limitado das forças produtivas no campo - mas apenas das secções do campesinato que já estavam numa posição social que lhes possibilitava aproveitar as oportunidades limitadas de acumulação, oferecidas pelo sistema migratório.

Podemos ilustrar este processo com um exemplo do Limpopo. O pai de Samora Machel, Mandhande Machel, foi trabalhar nas minas pela primeira vez em 1912 e continuou regularmente a trabalhar na África do Sul durante 14 anos, até 1926. Em 1917 tinha acumulado o suficiente para se casar e, em 1921, comprou a sua primeira charrua. Por fim, adquiriu 30 has e várias centenas de cabeças de gado(4).

Este tipo de crescimento não constituía algo de fora

do habitual nesta área, embora necessário se torne sublinhar que de modo nenhum era possível a todos os migrantes utilizarem os seus salários para acumular. Pelo contrário, os camponeses pobres necessitaram dos salários provenientes do trabalho migratório apenas para a sua subsistência e a das suas famílias; foram os que já tinham alguns meios que puderam tirar proveito dos salários do trabalho nas minas, transformando-se em capital produtivo (gado, charruas, mulheres, e - mais tarde - tractores, bombas e outros meios de produção).

Era, pois, esta situação com que o Colonato deparou: na sua área vivia um campesinato diferenciado e, em parte, avançado, cultivando as terras baixas e sobrevivendo da combinação de solos férteis com os salários das minas.

A imposição, nesta área, do Colonato apenas podia criar agudos conflitos com o campesinato existente; esta oposição foi, certamente, alimentada ainda mais pelo facto da maioria dos trabalhadores moçambicanos recrutados para edificarem o Colonato serem trabalhadores que efectuavam trabalho forçado ("o chibalo") (5).

Os camponeses, tanto os ricos como os pobres, foram obrigados a ceder seu lugar aos colonos trazidos de Portugal com o objectivo de cumprirem a "missão civilizadora", expressão que o colonialismo português gostava de utilizar para ornamentar as suas ambições imperiais. No início foram expulsas da área aproximadamente 2.000 famílias moçambicanas para dar lugar aos primeiros colonos (6). À medida que o Colonato aumentava e novas áreas ficavam abrangidas, o processo de expulsão avançou igualmente.

Contudo, os próprios colonos, provavelmente, conheciam muito pouco desses precedentes. Esses colonos eram camponeses pobres portugueses, na sua maioria analfabetos que, após assinarem os seus contratos na metrópole foram trazidos para o Limpopo para continuarem a sua labuta mais ou menos do mesmo modo em que a tinham levado a cabo em Portugal. Eles constituíam um tipo de colonos diferentes dos portugueses ricos de Maputo ou das grandes plantações da Zambézia, e os moçambicanos da área não os consideravam como sendo "verdadeiros brancos de Lisboa" (7). De facto, os primeiros colonos eram tão necessitados

que a comunidade portuguesa local foi acometida de pena quando da sua chegada e começou a fazer uma recolha de vestuário e outros bens essenciais necessários, para oferecer aos recém chegados. As camponesas moçambicanas estavam chocadas com a pobreza e dureza da vida dos colonos e exclamavam, quando pressionadas demasiadamente pelos seus maridos: "Queres que trabalhe como uma escrava, como uma mulher dum colono?"(8).

Esta situação, em certa medida, inseria-se totalmente dentro dos princípios da ideologia que estava na base do Colonato. Os colonos, segundo as obrigações contratuais, tinham que trabalhar, eles próprios, a terra, não lhes sendo permitido possuir outras ocupações ou assalariar trabalhadores. A área da sua terra limitava-se a 4 ha de regadio por família. O Colonato constituia uma tentativa paternalista de regulamentar todos os aspectos da vida do colono, o seu trabalho e os seus rendimentos, a escolarização dos seus filhos, o fornecimento de serviços religiosos. A administração do Colonato fazia a sua apreciação sobre a capacidade agrícola do colono e sobre a sua moral pessoal e decidia sobre a expulsão de colonos "indesejáveis", etc.

O Colonato chegava mesmo a assumir o direito sobre a ocupação dos filhos dos colonos: os filhos deviam trabalhar como tractoristas enquanto que as filhas, a partir dos 12 anos, trabalhariam quer nos viveiros das plantas, quer como empregadas domésticas e serventes. Os filhos dos colonos podiam deixar o Colonato para casar-se, mas no caso de saírem para procurarem emprego fora do Colonato, tinham que obter a aprovação da administração; senão, os seus pais teriam que reembolsar o preço dos bilhetes pagos quando os filhos vieram de Portugal para o Colonato (9). Em resumo, o Colonato constituia uma tentativa para implantar uma sociedade camponesa europeia estática no meio de um ambiente africano hostil e cercado à sua volta por um capitalismo moderno em expansão.

Contudo, duas circunstâncias forçaram, em breve, o Colonato a modificar a sua política. Em primeiro lugar, a oposição do campesinato moçambicano tinha que ser neutralizada. No início o Colonato tentou conseguir isto, dando aos camponeses moçambicanos acesso ao Colonato

como colonos da segunda categoria (o chamado "regime de fruição de gleba") com uma área de apenas 2 has cada. Parece que os camponeses que tinham sido expulsos das suas terras quando o Colonato foi iniciado nos primeiros anos não se aproveitaram desta oportunidade e ficaram fora, descontentes, enquanto que camponeses dos distritos e províncias vizinhos depressa viram as oportunidades inerentes, na infra-estrutura criada para o Colonato.

Depressa todavia, o mecanismo de fruição provou ser insuficiente e, em 1959, foi permitida a entrada de alguns moçambicanos mesmo como colonos, gozando dos mesmos direitos e deveres que os portugueses, sem se anular a categoria de fruição em que a maioria dos moçambicanos permanecia (10). Nos anos 70 o número de colonos pretos tinha aumentado bastante e constituía, aproximadamente, um terço dos 1.500 colonos existentes no Colonato.

Em segundo lugar, os 4 has atribuídos a cada colono não eram suficientes, e no ano de 1960 foi atribuída mais terra aos colonos, atingindo uma área até 10 ha segundo o número de crianças da família (11). Foram mantidos os 24 ha de terra de sequeiro fora da área de regadio que, também faziam parte da terra de cada colono.

Mesmo assim, esta medida não foi suficiente e, em 1956, tornou-se possível adquirir terra, com uma área total que atingia até 20 ha por família. Cada segundo colono branco e cada quinto colono preto aproveitou-se desta abertura por altura da Independência sendo, desta maneira, acrescentada uma área total de 3.100 ha à propriedade dos colonos. Tal continuava, contudo, a não ser suficiente e começaram também a surgir talhões alugados; em 1974, esses talhões totalizavam uma área de quase 1.000 ha (12).

De facto, as terras adquiridas não eram propriedade do colono: caso ele as deixasse ou fosse expulso perdia esta terra tal como perdia o seu talhão original, a sua casa e o gado. Para mais, o colono assim como os camponeses em regime de fruição, estavam sujeitos a obrigações contratuais para reembolsar as facilidades que tinham sido postas ao seu dispor; as prestações anuais foram calculadas na base de um sexto (para os colonos) ou um décimo (fruição) do valor da produção agrícola.

Com a admissão de Moçambique, a ideologia alterou-se. Nessa altura foi realçado que o Colonato era tanto para brancos como para pretos, e que a igualdade e harmonia entre as raças tinha sido atingida. Contudo, a realidade era diferente e revelou-se à medida que o Colonato se desenvolvia. Em vez da coexistência rática pacífica em termos iguais, surgiram diferenças e desigualdade entre os colonos.

O avanço material e produtivo dos colonos revelou claramente uma divisão racista: as machambas dos colonos brancos eram consideravelmente maiores do que as dos colonos moçambicanos - em média 8,5 e 5,9 has, respectivamente(13).

A posse de tractores mostra um quadro similar: dos 197 tractores adquiridos pelos colonos entre 1961-1973, apenas 12% pertenciam a moçambicanos, embora eles constituíssem um terço do número total de colonos. A situação era a mesma - ou pior - no que se refere a carros, motociclos e equipamento agrícola (14).

Os colonos pretos, embora presentes em todas as 14 aldeias do Colonato, viviam concentrados em poucas aldeias, onde, normalmente, constituíam a maioria da população. Três dessas aldeias eram responsáveis por cerca de 88% do número de colonos moçambicanos (15).

Do mesmo modo, no que respeita à proibição de utilizar trabalho assalariado, a realidade era diferente do que tinha sido estipulada nos contratos. Embora o contrato do colono declarasse claramente que não era permitida a utilização de qualquer trabalho externo e que apenas uma entreejuda ou troca de serviços seria aceite, os colonos portugueses começaram, sucessivamente, a empregar trabalhadores moçambicanos, especialmente para a ceifa. O trabalho assalariado também foi utilizado pelos colonos moçambicanos, mas, provavelmente, numa escala reduzida devido a possuírem machambas mais pequenas (16).

De facto, o Colonato nunca se tornou no modelo da agricultura colona que tencionava ser, nem no paraíso multi-racial que provaria a diferença entre a colonização portuguesa e as outras colonizações. Em vez disso, os colonos portugueses começaram a deixar o Colonato já nos finais

dos anos 50. Em 1974, tinham deixado o Colonato 583 colonos brancos, 80% dos quais voluntariamente ou devido a doença. Durante o mesmo período, 177 moçambicanos deixaram também o Colonato, 85% deles expulsos; isto significa que para cima de um terço dos colonos que tinham entrado no Colonato, o abandonaram antes da independência (17).

O êxodo "voluntário" dos colonos brancos é compreensível em conformidade com os antecedentes de trabalho pesado, miséria e problemas sociais que caracterizaram várias das aldeias do Colonato. O falhanço social do Colonato torna-se, também, evidente quando consideramos que, dos 120 colonos brancos que deixaram o Colonato em 1974, 55% (ou 46%) ainda eram analfabetos (18).

Contudo, a questão que tem que ser levantada é se o Colonato também foi um fracasso do ponto de vista técnico/agrícola. Já em 1958 foram feitas as primeiras chamadas de atenção sobre os baixos rendimentos com uma conseqüente perda dos enormes recursos investidos no Colonato. Este tipo de sinais que indicavam problemas sérios com o fornecimento de insumos (tais como sementes, pesticidas e adubos) e falta de água - uma deficiência séria num sistema de regadio, parece - repetiram-se durante os anos seguintes, muitas das vezes acompanhados por propostas para libertar os colonos das suas obrigações contratuais quanto a reembolsar o Colonato pela terra, casa e recursos que tinham recebido quando lá entraram. Surgiram, também, problemas devido ao facto dos colonos serem frequentemente instalados nas suas terras demasiadamente tarde para semear ou porque os campos tinham sido mal preparados antes de serem entregues aos colonos (19).

O descontentamento atingiu proporções consideráveis. Em 1961/63, por exemplo, metade dos novos colonos receberam os seus campos preparados em más condições e demasiadamente tarde para semear. O Colonato viu-se forçado a estabelecer um programa de assistência oferecendo aos colonos alguns produtos básicos como sejam farinha, arroz, sabão e óleo alimentar (20).

Consequentemente, muitos dos colonos enfrentavam problemas económicos. Tal como as coisas se apresentavam, eles teriam que continuar a pagar as suas dívidas ao Colonato

por um período estimado de trinta anos! (21). E mesmo a própria administração do Colonato considerou que as terras atribuídas eram pequenas demais e que 8 ha era o ponto de equilíbrio onde se situava o balanceamento entre os rendimentos e as despesas; em 1974, 46% dos colonos possuíam machambas com uma área inferior. E para atingir o nível de rendimento que obrigava os colonos a pagarem um imposto sobre o rendimento - um rendimento líquido anual de 30.000 escudos - seriam necessários 15 ha (22).

A implantação branca no Colonato atingiu o seu máximo já em 1968, com 1.146 colonos; é nesse ano que se regista, também, o número mais elevado de colonos - 1.593. O número de colonos pretos foi na realidade impedido de aumentar ainda mais cedo, a partir de 1964, quando existiam 476 colonos moçambicanos.

Após 1968, o número total de colonos decresceu lentamente, atingindo a cifra de 1.380 nos fins de 1974. O número de moçambicanos em regime de fruição aumentou firmemente, contudo, atingindo um total de 2.584 em 1974.

Consequentemente, as contradições sociais agudizaram-se dentro do Colonato. Os colonos brancos saíram do Colonato em números consideráveis, cansados e descontentes devido à dura vida e o lento progresso. Nesta situação, a administração do Colonato não aceitou mais moçambicanos para ocupar os lugares deixados vagos pelo êxodo dos portugueses; isto teria posto em perigo todo o aspecto de fixação deste projecto colonial. Pelo contrário, os colonos moçambicanos foram restringidos, não sendo permitido que o seu número aumentasse. As suas machambas eram mais pequenas e o rendimento médio da terra dos moçambicanos era apenas 70% do que os portugueses tiravam, etc.

Na mesma altura, a pressão do campesinato vizinho aumentou e apresentou-se um número ainda pior de candidaturas para entrar em regime de fruição. De modo a impedir uma confrontação, a administração do Colonato foi forçada a aceitar um número crescente de camponeses moçambicanos em regime de fruição, mas não podia permitir que entrassem no Colonato como "verdadeiros" colonos, pois tal significaria um reconhecimento de que a política de fixação no Limpopo

tinha falhado. O Colonato encontrava-se, portanto, num beco sem saída.

II - A TRANSIÇÃO PARA AGRICULTURA COLECTIVA

A independência trouxe consigo uma nova intensidade à luta pelas terras férteis do Limpopo. Os colonos moçambicanos pretendiam ganhar um completo acesso ao Colonato, substituindo em direitos e privilégios, dessa maneira, completamente, os colonos portugueses que tinham ido embora; os camponeses em regime de fruição queriam entrar como colonos "verdadeiros", ademais, um grande número de camponeses que se mantinham, ainda, fora do colonato, exerciam pressão para entrar.

Durante os primeiros anos, desde o governo de transição em 1974/75 até as cheias do Limpopo em 1977, o Colonato parece ter permanecido num estado de vazio, sem directivas claras visando o seu desenvolvimento futuro.

Contudo, em Julho de 1975, logo após a independência ter sido proclamada, foram tomados alguns passos decisivos (23): não foi permitida a entrada de novos colonos no Colonato; a todos os camponeses que queriam entrar em relação a viúvas e divorciadas; para além disso, não seriam aprovados pedidos para aquisição ou aluguer da terra.

É possível que o objectivo nessa altura, em 1975, estivesse limitado a "congelar" a situação no Colonato, aguardando-se uma decisão sobre o seu desenvolvimento futuro. O resultado das medidas tomadas foi, contudo, o oposto: o êxodo dos portugueses ganhou uma nova força embora, tal como vimos, se tivesse iniciado muito mais cedo.

Assim, iniciou-se um processo que fez com que o Colonato dentro de um período de dois anos ficasse vazio; posteriormente, foi montada uma empresa estatal gigante, o CAIL (Complexo Agro-Industrial do Limpopo) que abrangia a maior parte da área do Colonato.

A administração do Colonato tinha sido apanhada no

meio, em parte cedendo à pressão do campesinato ao mesmo tempo que travava a "moçambicanização" do Colonato. Contudo, a linha de orientação não foi consistente na medida em que era autorizado que os camponeses continuassem a entrar em regime de fruição. E chegaram em grande número: de 2.600 no fim de 1974 o seu número aumentou para 3.175; por essa altura, mais 10.000 camponeses pediam para ter acesso às terras regadas (24).

Claro que ao se deixar que os camponeses entrassem em regime de fruição estava-se em contradição com o objectivo de "congelar" o Colonato, pois isso provar-se-ia em detrimento de qualquer tentativa para transformar o Colonato numa forma de agricultura colectiva, quer machamba estatal, quer cooperativa de produção.

Os colonos portugueses responderam de forma uniforme a esta situação confusa e contraditória: em 1975, 261 colonos deixaram o Colonato, fazendo com que o seu número total baixasse para 1.148, dos quais 418 eram moçambicanos. Daí em diante a queda foi vertical, saíndo 700 portugueses nos anos 1976 e 1977.

O ano de 1977 marca um ponto de mudança decisiva em vários aspectos. Em primeiro lugar, foi o ano da realização do 3º Congresso da Frelimo, o primeiro a partir da independência, que apontava, inequivocamente, para as machambas estatais e cooperativas como fundamentais para o desenvolvimento agrícola; essa política requeria "a mobilização e a organização do Povo em machambas estatais e cooperativas e a constituição de aldeias comunais" e definia que o sector estatal agrícola se tornava "dominante e determinante"(25).

Em segundo lugar, foram apostadas grandes esperanças pelo Congresso no Vale do Limpopo, designando-o por celeiro da Nação e esperando novos recordes na produção e expansão das terras do regadio.

Em terceiro lugar e, inesperadamente, a linha de orientação traçada pelo Congresso foi promovida por factores externos: simultaneamente ao Congresso, registaram-se cheias do Limpopo, tendo grandes áreas do vale ficado inundadas. Esta catástrofe fez com que a Frelimo formasse uma comissão especial para realojar a população afectada.

Simultaneamente, a comissão começou a implementar as decisões do Congresso para realojar a população de modo a facilitar a transformação do Colonato em moldes colectivos.

A comissão trabalhou depressa e após três semanas de se terem registado as cheias as suas conclusões foram apresentadas, tendo sido tornado público alguns dias mais tarde (26):

- * A população devia ser reinstalada nas terras altas, em aldeias comunais;
- * Se a população recusasse a aderir, poder-se-iam utilizar "medidas administrativas" (ou seja, força);
- * As machambas estatais e as cooperativas tinham prioridade no acesso às terras do Colonato;
- * Todas as terras dentro do Colonato que pudessem ser consideradas como subaproveitadas seriam transferidas para machambas estatais ou cooperativas;
- * Os camponeses do Colonato que cultivassem as suas terras de forma aceitável seriam, contudo, transferidos para outra zona, caso uma machamba estatal ou uma cooperativa necessitassem dessas terras.

Estas medidas - embora de facto apenas constituíssem uma "entrada" do que se passaria um ou dois anos mais tarde - criaram, naturalmente, resistência e muitos camponeses recusaram-se a abandonar as suas casas. Os colonos moçambicanos - nessa altura quase todos os colonos portugueses tinham saído - e os camponeses em regime de fruição compreenderam que a possibilidade que tinham de entrar mesmo como colonos, estava para lhes ser retirada.

Apresentava-se claro para a comissão que esta reorganização do Colonato e das terras de regadio do Limpopo - assim como da reinstalação da população afectada - causaria resistência. Esta a razão porque a Comissão previu a retirada pela força dos camponeses que resistissem aos

ventos de mudança, e foi por isso que um dos membros da comissão, numa reunião no Chókwè, alertou para o facto de que as decisões da comissão provocariam uma reacção de sabotagem e resistência, contra a qual seria utilizada a repressão (27).

Quando estas directivas foram postas em prática, a severidade da linha de orientação tornou-se evidente. As seguintes directivas foram emanadas em Junho de 1979 dizendo respeito aos ex-colonos e camponeses em regime de fruição (28).

- * As seguintes categorias perderiam as suas machambas: camponeses que não cultivavam as suas terras ou que cultivavam áreas inferiores a 1 ha, camponeses com dívidas ao Estado, independentemente da quantidade, camponeses cujas dívidas eram desconhecidas porque não tinham declarado a sua produção, camponeses que não viviam exclusivamente da agricultura, camponeses que estavam fora do distrito mesmo que as suas mulheres cultivassem as terras, trabalhadores ou mesmo ex-trabalhadores do CAIL ou de qualquer cooperativa de produção;
- * Os camponeses que cultivavam apenas parte das suas machambas ficariam com a sua terra reduzida à área cultivada (caso fosse superior a 1 ha);
- * As machambas não podiam ser herdadas.

É claro que uma tal política criou contradições antagónicas com o campesinato do Limpopo. Talvez ainda pior fosse a contradição que isso criou - ou melhor aguçou - entre a agricultura colectiva e a individual. Tal como mostraremos na próxima secção, umas das razões básicas para os problemas enfrentados pelo CAIL e pela agricultura colectiva em geral, foi que ela foi erguida na base de uma resistência dos camponeses - ao mesmo tempo que as empresas estatais e as cooperativas permaneciam dependentes desses mesmos camponeses como trabalhadores.

III - O FRACASSO DO CAIL

A operação foi bem sucedida - o Colonato morreu. Todavia, as contradições sobreviveram e desenvolveram-se de uma maneira mais intensa à medida que a empresa estatal CAIL se expandia, cada vez mais atingida pelas contradições inerentes à sua criação, agravadas ainda mais pelas suas próprias características.

O falhanço do CAIL, assim como de outras empresas estatais é habitualmente explicado em relação à forte ênfase colocada na mecanização e nas empresas estatais no período compreendido entre o 3º Congresso da Frelimo. Em 1977, foram gastos 40 milhões de US\$ em maquinaria destinada à agricultura englobando 1.200 tractores e, no mínimo, 50 autocombinados; em 1978, 25 dos 38 milhões de US\$ orçamentados para a agricultura foram atribuídos a equipamento para as empresas estatais (29).

De todas as empresas estatais, o CAIL era a mais importante; em 1977, o CAIL era responsável por 50% do investimento do sector agrícola e por um terço de todo o gasto de investimento de Moçambique (30).

Embora a crítica que coloca o seu enfoque na sobre-mecanização seja basicamente correcta, ela tende a sobrevalorizar as limitantes "técnicas" em detrimento dos factores sócio-económicos e políticos. Além disso, o grau de mecanização, em alguns aspectos, não ultrapassou o existente no período colonial. Por exemplo, o número de tractores existentes em Moçambique no período pós-independência não aumentou e o nível de mecanização (medido nesse sentido) não era, pois, superior ao existente em 1969. O que realmente se modificou, no entanto, foi a concentração da propriedade que surgiu como resultado da independência: a responsabilidade transferiu-se de uma camada disseminada para umas poucas unidades; por exemplo, o Ministério da Agricultura aumentou a sua posse de tractores em 1.000%! (31).

E esta concentração dos tractores continua até ao presente; actualmente, 81% dos tractores em Moçambique estão ao cuidado do Ministério da Agricultura enquanto

19% continuam nas mãos dos agricultores capitalistas (privados).(32).

Assim, aparece como conclusão razoável que não foi a mecanização, ou melhor a tractorização per se que criou as dificuldades, mas a concentração, que não existia anteriormente, desses tractores nas mãos de uma estrutura do Estado incapaz de os cuidar. Embora esta concentração de maquinaria explique, em certa medida, algumas das dificuldades enfrentadas pelas grandes empresas estatais, como seja o CAIL, creio que tomando em consideração as contradições políticas e sociais inerentes ao conceito de empresas estatais e, mais especificamente, da forma como essas empresas foram montadas, daria uma compreensão mais completa das razões do seu falhanço.

* * *

Os camponeses do Limpopo não estavam interessados em trabalhar na machamba estatal nem em viverem nas aldeias comunais edificadas com o objectivo de fornecerem mão-de-obra ao CAIL. Nem mesmo após as cheias registadas em 1977, eles tinham vontade de serem removidos para áreas seguras. Em vez disso, eles pediram para, por fim, poderem beneficiar do sistema de regadio construído nas suas terras e que, até ao momento, beneficiava principalmente os colonos portugueses; mas, pelo contrário: foram forçados a abandonarem a terra que possuíam. Isso passou-se tanto no caso dos colonos moçambicanos como dos 6.000 camponeses em regime de fruição, para não falar dos 10.000 camponeses fora do regadio que ainda nutriam esperanças de serem admitidos no Colonato.

A contradição não foi aliviada pelo facto de a administração no distrito do Chókwè ter decidido que, se os camponeses que ainda possuissem terra no Colonato trabalhassem assalariadamente, perderiam as suas terras. Embora possa ser compreensível que se deveria mover uma luta contra os proprietários de terras ausentes, dificilmente se dirigiam ao CAIL trabalhadores (masculinos) motivados, quando o emprego assalariado significava a perda das suas machambas

irrigadas - mesmo no caso da sua mulher (ou mulheres) continuarem a cultivar essas machambas.

A transferência dos camponeses para as terras altas depois das cheias também não melhorou a situação. A mudança para as aldeias comunais significou que os camponeses tinham que andar a pé 4, 10 até 20 kms para chegarem às suas machambas e que tinham que percorrer longas distâncias (uma hora em cada direcção) para obterem água; pior ainda, as aldeias comunais da região caracterizavam-se por uma escassez geral, uma falta de orientação e organização e, finalmente, por um estado generalizado de fome (33).

O CAIL continuava no entanto, o seu caminho, tentando realizar as esperanças que sobre si tinham sido colocadas no 3º Congresso. Contudo, em 1981 as contradições e limitações internas do CAIL tiveram como resultado uma colheita fracassada: das 52.000 toneladas de arroz que constavam do plano, foram colhidas apenas 26.000 toneladas; foi semeada a área total, 16.000 ha, mas o rendimento foi apenas metade do que tinha sido planeado - 1,6 ton/ha enquanto a meta do plano era de 3,2 ton/ha (34).

A análise apresentada pelo CAIL para este falhanço foi a bem conhecida e longa lista de "falta de": os problemas enfrentados eram "explicados" pela falta - ou chegada tardia - de sementes, pesticidas, adubos, mecânicos e, desse modo, a falta de equipamento operacional, a falta de trabalhadores sazonais para a ceifa e, conseqüentemente, os baixos rendimentos nas machambas.

Ainda que todas essas razões de "falta de" contenham elementos que devem ser considerados quando se procede a uma análise do falhanço do CAIL - e embora vários desses problemas, tal como já referimos, existissem no período colonial - mesmo assim, não permitem uma explicação ou compreensão dos factores e razões básicas que condicionavam o resultado.

Parece-me que a razão básica pela qual o CAIL não superou - ou mais do que isso, não podia superar - as dificuldades e problemas enfrentados - factores reais, objectivos contra os quais teria sido difícil lutar, qualquer que fosse o ambiente político - esta razão básica deverá ser procurada no processo de criação e nas raízes do CAIL.

As contradições implantadas na área - sobrepostas numa velha estrutura social diferenciada - com a instalação do Colonato; as forças representadas pelos colonos moçambicanos e pelos camponeses em regime de fruição; a expulsão subsequente destes agricultores e a sua reinstalação após as cheias de 1977, todos estes factores considerados em conjunto são, na minha opinião, suficientes para explicar que esses mesmos camponeses não se tornassem diligentes, disciplinados, dedicados e conscientes no seu novo papel de trabalhadores assalariados no CAIL.

Para além disso, o problema bem conhecido de actividades competitivas, também se fez sentir, especialmente durante a ceifa, altura em que a necessidade do CAIL para empregar grande número de trabalhadores colidia frontalmente com as necessidades de trabalho para a colheita dos próprios camponeses, independentemente desses trabalharem em talhões das cooperativas ou nas suas machambas individuais.

Uma forma de "resolver" este conflito foi aplicada em Gaza em 1978 quando foram dadas orientações a sete distritos para cada um deles fornecer 5.000 homens ao CAIL durante o período de um mês, para a ceifa (35). Os limitantes objectivos inerentes a uma tal abordagem do problema são bem conhecidas: as economias de comando funcionam apenas em situações muito específicas de crise ou de guerra, e não se pode esperar que resultem em face de resistência.

O falhanço da campanha 1980/81 originou uma investigação do CAIL e dos seus problemas. Embora muitos desses assuntos básicos fossem mostrados abertamente, as conclusões provaram ser, parcialmente, contraditórias: por um lado foi proposta uma revisão total de toda a estrutura operacional do CAIL, incluindo a gestão, fornecimento de insumos, capacidade de armazenagem, manutenção, diversificação das culturas e estabilização da força de trabalho; por outro lado, foi fortemente sublinhado que as elevadas taxas de crescimento "optimistas" do plano decenal (PPI) tinham que ser atingidas e que o CAIL, em particular, estava sob a obrigação de realizar as altíssimas taxas de crescimento estipuladas no plano (36).

Assim, nesta conjuntura particular provou-se ser

impossível avançar mais além das contradições inerentes ao CAIL. Levaria mais dois anos até que fossem tomadas novas medidas que, mais uma vez, alteram o equilíbrio na luta pelas terras no Limpopo.

IV - CONTRADIÇÃO RESOLVIDA - OU A LUTA CONTINUA?

Nos finais de 1983, procedeu-se a um reordenamento do regadio do Chókwe. Após 5 anos de esforços contínuos para manter o gigante assente nos seus pés, o CAIL foi desmantelado em dez machambas estatais separadas, cada qual com 1.000 - 1.500 ha, possuindo cada uma delas a sua direcção, administração e oficinas próprias, etc. Caso as dificuldades deparadas pelo CAIL, tivessem sido apenas de natureza técnico-administrativa, talvez isso fosse tudo o que poderia ter-se passado: o gigante transforma-se numa série de anões (ainda que 1.500 ha seja também uma grande empresa), sendo as funções de gestão e de administração fortalecidas e descentralizadas e uma maior ênfase colocada sobre manutenção, etc.

Todavia, a transformação do CAIL não se limitava a uma simples reorganização administrativa. Na medida em que um dos problemas básicos residia na questão da terra, as soluções tinham também que ser encontradas a este nível. Deste modo, a distribuição da terra tornou-se o aspecto crucial.

As ex-aldeias de colonos existentes dentro do Colonato (ver Mapa 1) foram a base para a organização geográfica da área. Em torno de cada aldeia coexistem os "quatro sectores": uma machamba estatal, produção cooperativa, privados e camponeses. A população em cada uma dessas aldeias ganha o seu sustento a partir de um - ou de vários - destes sectores.

Na zona, 12.000 camponeses receberam terra com uma área de 1/2 a 1 ha cada uma, com um total de 9.000 ha

distribuídos. Os talhões são cultivados individualmente, embora os camponeses sejam obrigados a ajustar-se às necessidades do sistema de regadio que exige, mais ou menos, que se realize simultaneamente as actividades de lavoura (com utilização de bois) sementeira e colheita.

Em relação aos privados, 300 ocupam uma área de 2.500 ha variando muito a área individual das suas machambas - de 4 ha até 200 ha. Tal como acontece em relação aos camponeses do sector familiar, são obrigados a sujeitar-se ao calendário agrícola imposto pelo sistema de regadio. A acrescentar a este facto, os privados têm obrigações contratuais que determinam as culturas que devem cultivar e os rendimentos que devem ser obtidos. Desta produção, uma média de 60% é vendida ao Estado; esta proporção varia, dependendo da área da machamba dos privados, indo de 40% até 95% para os possuidores de uma área de 150-200 ha. De facto, os agricultores privados são em grande medida agricultores do Estado em regime contratual - embora, obviamente, possam aproveitar quantidades importantes da produção e realizar bastantes lucros da comercialização das hortícolas da estação fria.

Os privados foram escolhidos de acordo com uma série de critérios: capacidade agrícola, experiência, posse de bois, charruas, tractor e motobombas, tomando-se também em consideração os que tinham sido colonos ou se encontravam em regime de fruição no Colonato. Deste modo, não causaria surpresa que os privados, actualmente, sejam constituídos por um misto das famílias tradicionalmente mais ricas da região que através do trabalho migratório iniciaram um processo de acumulação, por um lado, e pelos colonos que ainda existem, assim como aqueles que se encontravam em regime de fruição, por outro.

O resultado da reorganização tem sido o de um aumento de produtividade impressionante. Enquanto o CAIL na sua última campanha agrícola (1982/83) conseguiu um rendimento na cultura do arroz de 2,5 ton (em comparação com a colheita catastrófica de 1980/81) cujo rendimento foi de, apenas, 1,6 ton/ha), as duas colheitas desde que a terra foi distribuída mostram rendimentos médios muito mais altos no que se

refere às machambas estatais - 3,1 ton/ha (1983/84) e 3,9 ton/ha (1984/85).

Assim, parece que os principais impedimentos à produção agrícola na área do Chókwè foram eliminados - e a colheita de arroz de 1985, a maior desde a independência, provaria isso. Contudo, surgirão novas contradições e novos problemas à medida em que a nova estrutura agrícola no Chókwè se desenvolve. Embora seja ainda demasiadamente cedo para analisar este processo, podemos mencionar alguns dos factores que, certamente, influenciarão a luta futura pela terra no Limpopo:

*** Reprodução e Diferenciação na Economia Camponesa**

O Campesinato no Vale do Limpopo é heterogéneo. Embora quase todas as famílias camponesas na área tenham sido - em diferentes graus - dependentes do trabalho migratório e dos rendimentos por ele gerados, apenas uma minoria podia utilizar esses rendimentos para acumular. Desta forma, os rendimentos provenientes da migração alimentaram o processo de diferenciação na área.

Esta dependência histórica da agricultura camponesa em relação aos salários das minas para a sua reprodução assim como para acumulação, manteve-se desde o fim do século passado até à independência; em 1975, 19% da população masculina economicamente activa em Gaza encontrava-se ausente na África do Sul. Um ano mais tarde, em 1976, esta percentagem baixou para 4% e, desde então, tem-se mantido num nível baixo (37).

O primeiro resultado óbvio desta redução drástica dos rendimentos dos migrantes foi - e continua a ser - dificuldades para o campesinato se auto-reproduzir, especialmente durante períodos de seca em que os salários dos migrantes durante o período colonial cobriam as despesas das compras de alimentação(38).

A queda da migração implica também que o processo de acumulação que anteriormente foi financiado pelos rendimentos dos migrantes - pela secção do campesinato que possuía uma posição sócio-económica que permitia a acumulação - agora tem que encontrar outras fontes.

Deste modo, a reprodução, assim como a acumulação nos sectores camponês e privado, têm que encontrar uma nova base. Isto, por consequência, significativa uma nova dependência - e uma nova pressão - sobre o Estado para pôr à disposição os bens necessários o que, por implicação, levanta o problema agudo de prioridade e política agrária. No Chókwè, este aspecto está intimamente relacionado com a reprodução do sector estatal.

* **A Reprodução do Sector Estatal**

Durante a época do CAIL, era dada prioridade às machambas estatais em detrimento de todos os outros sectores. Isto deveu-se, em parte, à política seguida mas foi, também, um reflexo do apoio externo existente. Assim, o conceito de desenvolvimento inerente à cooperação com os países da Europa de Leste - no caso do CAIL, a Bulgária - favorecia claramente as machambas estatais e a agricultura mecanizada. Esta cooperação foi normalmente financiada através de acordos de intercâmbio, segundo os quais Moçambique forneceria produtos agrícolas para pagamento do equipamento e da assistência técnica recebida.

Presentemente, Moçambique encontra-se numa situação complicada, em que o apoio externo se dirige primariamente para o sector privado (do US AID) e, secundariamente, para o sector camponês na forma de serviços de extensão e fornecimento de insumos agrícolas (dos países nórdicos). Pode-se bem dizer que isto reflecte a alteração na ênfase

colocada pela política moçambicana, dando mais peso a estes dois sectores. Mas isto não é totalmente correcto, na medida em que o sector estatal - ainda essencial para a estratégia moçambicana de desenvolvimento agrícola - presentemente tem sido deixado sem um apoio externo significativo desde que quem o apoiava anteriormente parece ter perdido a esperança na sua viabilidade no actual contexto moçambicano e na medida em que os novos "benfeitores" (US AID, Banco Mundial) por razões ideológicas não incluíram as empresas estatais entre as suas prioridades.

Esta situação é evidente na área do Chókwè: um dos principais suportes económicos vem do US AID e vai exclusivamente para o sector privado; os países nórdicos apoiam os centros de extensão para o sector camponês; e as machambas estatais, a espinha dorsal de todo o empreendimento estrutural, ficam sem financiamento externo.

No entanto, é evidente que Moçambique tem alguns recursos próprios que podem ser colocados para apoiar as machambas estatais do Chókwè, o que, pelo menos, possibilitaria uma substituição parcial de algum do equipamento adquirido pelo CAIL em 1978. Mas, na medida em que os recursos são completamente limitados - e visto que os outros sectores ainda dependem em grande medida do apoio interno - sementes, adubos, pesticidas, combustível, acesso a um tractor a tempo para a lavoura e gradagem, etc. - como é que Moçambique será forçado a distribuir os seus próprios recursos se o sector estatal for deixado sem apoio externo?

O ponto crucial deste assunto não é apenas prioridade. Mais do que isso, e embora o aumento de ênfase nos sectores privado e camponês reflecta uma alteração na política agrícola, o sector estatal permanece o instrumento principal para executar esta mudança de ênfase. Deste modo, o Ministério da Agricultura reorganizou recentemente a sua estrutura administra-

tiva nas províncias e criou Unidades de Direcção Regionais (UDR) em todo o país. Estas UDR's são órgãos estatais semi-independentes, tendo-lhes sido atribuída uma especial autoridade para desenvolver e apoiar a agricultura dentro da sua área de influência (ver Mapa 2). Cada UDR tem como componente central pelo menos uma empresa estatal; o sistema de coordenação e apoio à área vizinha é montado tendo como seu fulcro a empresa estatal.

As UDR's podem ser vistas como a concretização da decisão tomada pelo 4º Congresso da Frelimo de dar prioridade aos distritos agrícolas com potencial elevado (ver Mapa 3); a maioria destes distritos, especialmente no Sul, estão cobertos por uma UDR. Contudo, mais importante neste contexto situa-se o facto de as machambas estatais continuarem a desempenhar um papel crucial nesta estratégia modificada, que por um lado, concentra recursos para as zonas do país com mais potencial, e, por outro lado, dá uma maior ênfase ao sector privado e camponês.

O sucesso ou fracasso desta estrutura organizacional depende, em grande medida, da possibilidade de se manter o equilíbrio dentro do sistema. Este equilíbrio foi criado - bastante recentemente - ao se distribuir a terra e reorganizando-se o sector estatal. Contudo, o equilíbrio, uma vez estabelecido está a ser constantemente ameaçado por forças centrífugas e diferenciadoras que existem dentro do sistema.

Mas não só isso: parece que as prioridades de orientação impostas pelo mundo exterior reforçam o processo de diferenciação ao canalizar o apoio ao sector com mais potencialidade para acumular - os privados - ao mesmo tempo que exclui o apoio ao sector estatal, responsável não só por manter a infra-estrutura que constitui a verdadeira base para a agricultura no Chókwè, mas também por salvaguardar a "coexistência pacífica" entre os quatro sectores.

Tendo como fundo este cenário, não se torna difícil encarar que, embora algumas das principais contradições tivessem sido - temporariamente? - removidas, as lutas pela terra no Limpopo prosseguirão.

NOTAS

1. Cf Trigo de Moraes (1951) e CEA (s d).
2. Refere-se ao ano 1967, ver Wuyts, p 27.
3. Este assunto é tratado mais profundamente in Hermele.
4. Notícias, 26 e 27 de Setembro de 1983.
5. BTFPL (1953) p 5.
6. Bastos.
7. Associação de Regantes (1965).
8. Entrevista gravada por Alpheus Marghezi, CEA; ver, também, Magaia.
9. Trigo de Moraes (1958 a).
10. Lopes, p 299.
11. Ibid, p 124.
12. Gdl (1974), p 3 e Quadro 15.
13. Ibid, Quadro 10.
14. Informação fornecida por Alpheus Manghezi, CEA, ver, também, Lopes de Almeida, Quadros 45 e 46.
15. Lopes, p 341.
16. Ibid, p 228-230.
17. Gdl (1974), Quadro 4; Gdl (1973 a) Quadro 6.
19. Trigo de Moraes (1958 b); Associação de Regantes (1965); Gdl (1970), (1973 b).
20. Associação de Regantes (1964).
21. Lopes, p 224, Quadro 18.
22. Gdl (1970), (1974) Quadro 9.
23. Gdl (1975 a).
24. Gdl (1975 b) Quadro 1.

25. Directivas Económicas e Sociais, documentos do 3º Congresso, Tempo nº 333, 1977.
26. Notícias, 12 de Março, 1977.
27. Notícias, 8, 12 e 20 de Março, 1977.
28. Directivas para o Reordenamento Agrícola.
29. Isaacman & Isaacman, p 149.
30. Hansson, & Pasanen, p 9.
31. Robinson, pp 4 - 5.
32. Agro-Alfa, p 10.
33. Wilson.
34. CAIL.
35. Notícias, 14 e 17 de Junho, 1978; ver, também, Quental Mendes.
36. Notícias, 25 de Agosto, 1981.
37. CEA (1979) p 6.
38. Hermele.

REFERENCIAS**Abreviaturas**

- BTFPL - Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo
CAIL - Complexo Agro-Industrial do Limpopo
CEA - Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane
Gdl - Gabinete de Limpopo

Agro-Alfa,

Programa de reabilitação das unidades 2 e 3 da Agro-Alfa,
Maputo, Fevereiro, 1985

Associação de Regantes (1964),

Auxílio financeiro aos colonos, 31 de Janeiro, 1964

Associação de Regantes (1965),

Relatório Anual 1965 (Aldeias Madragoa e Sagres)

Bastos, AC,

Inventário da população autóctone do Colonato, BTFPL, Outubro,
1964

BTFPL,

Relatório de Junho, 1953

CAIL,

Relatório de balanço do 1º Semestre do PEC/81, Agosto, 1981

CEA, (sem data),

O papel do Estado colonial: apoio à produção agrária, Textos
de Apoio nº 96

CEA (1979),

Problemas de transformação rural na província de Gaza

Directivas para o Reordenamento Agrícola no Regadio "Eduardo Mondlane",

Campanha agrícola de 1979/80, Chókwè, Junho, 1979

Gdl (1970),

Imposto sobre as explorações a pagar pelos colonos, 10ª Secção Técnica, 20 de Outubro, 1970

Gdl (1973 a),

Relatório de 1973, sector de agricultores

Gdl (1973 b),

Dispensa do pagamento do sexto mínimo na campanha orizícola de 1972/73

Informação nº 94/10ª ST/73, 24 de Julho, 1973

Gdl (1974),

Relatório de divisão administrativa de 1974

Gdl (1975 a),

Circular nº 1, Serviços de Exploração do Colonato do Limpopo, Junho, 1975

Gdl (1975 b),

Relatório de 1975

Hansson, O & Pasanen, K,

Mozambique Agricultural Sector Review, SIDA/DCO, Maputo, Junho, 1978

Hermele, K,

Migration and Starvation. An Essay on Southern Mozambique, AKUT 32, Universidade de Uppsala, 1984

Isaacman, A & Isaacman, B,

Mozambique: From Colonialism to Revolution 1900 - 1982, Westview Press 1983

Lopes, MdS,

Colonato do Limpopo. Aspectos sociais do povoamento, Universidade Técnica de Lisboa, 1968

- Lopes de Almeida, A,
Colonato do Limpopo. Contribuição da cooperativa agrícola no desenvolvimento económico,
Universidade Técnica de Lisboa, 1970
- Magaia, A,
"Colonato do Limpopo" em Tempo n.ºs. 593 e 594, 1982
- Notícias,
Jornal Diário, Maputo
- Robinson, G,
A mecanização da agricultura na República Popular de Moçambique,
Ministério da Agricultura, 1980
- Quental Mendes, CB,
Estabilização da força de trabalho sazonal, DNEA,
Ministério da Agricultura, 1984
- Tempo,
Revista semanal, Maputo
- Trigo de Moraes, A (1951),
A água na valorização do ultramar,
Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1951
- Trigo de Moraes, A (1958 a),
Despachos à BTFPL, n.º 13/58 (Mão-de-obra do Colonato de europeus e assimilados) e n.º 10/58 (sem título)
- Trigo de Moraes, A (1958 b),
Despacho à BTFPL n.ºs. 4 e 5 (sem títulos)
- Wilson, H,
Relatório da viagem às aldeias comunais do Vale do Limpopo,
1977
- Wuyts, M,
Camponeses e economia rural em Moçambique,
CEA, INLD, Maputo, 1981